

DISPUTA DE TERRAS

Índios vivem clima de guerra no Maranhão

Demarcação de áreas indígenas em duas cidades enfrenta a oposição de políticos, agricultores e posseiros

CRIS GUTKOSKI
 Da Agência Folha, no Maranhão

Duas pequenas cidades do Maranhão vivem em clima de guerra desde dezembro, quando foram iniciadas e, logo depois, suspensas as demarcações das aldeias indígenas dos krikatis, em Montes Altos (694 km de São Luís), e dos guajás, em Bom Jardim (275 km da capital).

Os protestos contra a demarcação partem de políticos locais, fazendeiros, empresários, posseiros e pequenos lavradores, e têm colocado em risco a vida de índios, funcionários da Funai (Fundação Nacional do Índio), padres e técnicos das empresas de demarcação.

"Fomos ameaçados de morte", afirma o diretor da Divisa Topografia e Planejamento Ltda, Fernando Gonçalves de Melo, 39.

A empresa venceu a licitação para demarcar a área guajá e precisou paralisar os trabalhos seis dias depois de iniciados.

Morte

Na semana passada, a confusão entre o que é terra de índio e terra de agricultores instalados nas aldeias resultou na morte do índio guajajara Manoel Mendes, 46.

Ele foi baleado na cabeça — supostamente por um posseiro — quando ia para a roça, dentro da aldeia krikati. Os índios prometem vingança e circulam armados de facões e revólveres pela aldeia no dia do enterro de Mendes.

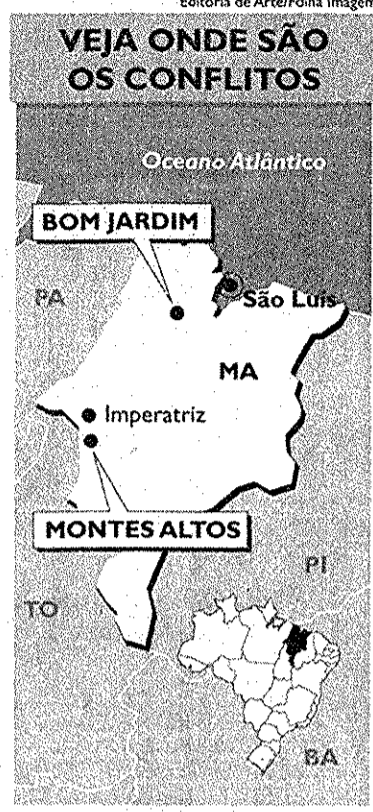
As demarcações custam R\$ 170 mil cada e serão pagas pela Funai com recursos do Banco Mundial.

Policiais federais contratados para proteger os agrimensores abandonaram as aldeias no final de dezembro devido aos protestos dos manifestantes e à falta do pagamento das diárias de R\$ 51.

Medo

"A Funai está com medo", afirma o líder krikati José Torino, vencido da iminência do conflito.

Os fazendeiros e lavradores não aceitam o tamanho de cada aldeia e estão dispostos a brigar pelas terras que possuem dentro das áreas que, segundo portarias do Ministério da



Justiça de 1992, pertencem aos índios.

"É impossível o governo fazer uma injustiça dessa com os pobres", queixa-se o agricultor Francisco Feitosa Fernandes, 45, pai de cinco filhos.

Ele diz ser dono de 120 hectares que estão na área dos guajás. "Se eu perder a terra é melhor perder logo a vida."

A extensão das aldeias é outro motivo para protesto. Com a demarcação dos krikatis, o município de Montes Altos ficará reduzido à metade.

Segundo os diretores das empresas de demarcação, os trabalhos só serão reiniciados se a Funai e o governo federal garantirem proteção policial.

Mas o reforço policial pode acirrar ainda mais o conflito. "O ministro que mandar continuar a demarcação vai ser responsável pelo sangue que será derramado", afirma o coronel João Ribeiro da Silva Jr., 60, sogro e chefe de gabinete da prefeita de Montes Altos.



Índios krikatis, em Montes Altos; no detalhe, marco geodésico abandonado na aldeia



Caixão do índio guajajara Manoel Mendes, morto com um tiro na cabeça, é levado para o enterro

CRONOLOGIA

ALDEIA KRIKATI

17 de dezembro - Começa a demarcação das terras.

19 de dezembro - Manifestantes fecham duas agências bancárias, interditam rodovia e põem fogo em duas pontes que ligam o centro de Montes Altos à aldeia. Com os protestos, os técnicos paralisam os trabalhos.

20 de dezembro - O superintendente da Polícia Federal, Vitor Arantes, é mantido como refém dos manifestantes, que exigem a retirada dos 15 policiais federais da aldeia.

21 de dezembro - Um motorista e uma enfermeira da Funai são presos e ameaçados de morte pelos agricultores e posseiros.

22 de dezembro - Os krikatis ameaçam cortar a rede de energia elétrica da região. Os 17 reféns mantidos pelos índios e manifestantes são liberados.

17 de janeiro - Índio guajajara é morto na aldeia krikati, supostamente por posseiros.

ALDEIA GUAJÁ

15 de dezembro - Começa a demarcação, com a proteção de quatro policiais federais.

23 de dezembro - A Polícia Federal deixa a aldeia e os técnicos suspendem a demarcação.

25 de dezembro - Um grupo de 20 fazendeiros pede por carta ao diretor da empresa de demarcação que os trabalhos sejam suspensos, alegando "perseguição contra os habitantes da região".

6 de janeiro - Frei Carmine de Michele discursa na Câmara de Bom Jardim a favor da demarcação e é contestado pelo deputado estadual Francisco Caíca (PTRB).

7 de janeiro - Fazendeiros e lavradores interditam a rodovia BR-316, ameaçam saquear a agência do Banco do Brasil e invadir o hotel que hospeda os técnicos, que deixam a cidade.

Tribo dos guajás é a última nômade

Agência Folha, no Maranhão

Os índios guajás são a última tribo nômade do país. Eles andam nus e não falam português.

Recebem notícias do conflito da demarcação dos 118 mil hectares da aldeia quando entram em contato com os vizinhos guajararas, que também falam a língua tupi.

Pelos cálculos da Funai (Fundação Nacional do Índio), existem hoje 171 guajás perambulando pela área a ser demarcada.

Os guajás montam casas provisórias no meio das árvores, com telhado de palha de ubim (tipo de palmeira), e permanecem no local até consumir toda a caça (geralmente macacos) e frutas.

Antes da demarcação, os cerca de 400 krikatis viviam bastante integrados à população de Montes Altos. O confronto tomou-os reclusos.

"Para não ter mais confusão, a gente também deixou de beber cachaça", diz o líder krikati José Torino, 43, que morou em São Paulo de 1974 a 1983, trabalhando como servente, vigia e office-boy.

Discurso contra índios dá votos

Da Agência Folha, no Maranhão

O discurso contra a demarcação das áreas indígenas dá votos em Montes Altos, Bom Jardim, Zé Doca e outras cidades vizinhas às aldeias.

Políticos locais lideram o movimento de protesto e atribuem aos manifestantes capacidade de resistência que beira o fanatismo.

"Os lavradores estão prontos para reagir e dispostos a tudo", diz o deputado estadual Francisco Caíca (PTRB). "Pode vir o Exército brasileiro inteiro que a demarcação não sai", desafia o ex-prefeito de Montes Altos Nelson Castilho, 40.

"Nós já prendemos a Polícia Federal e deixamos na frente dos carros do Exército", afirma Castilho.

A prefeita Mirilandes Jales de Souza (PTRB), 33, afirma que a população concorda com a demarcação. O problema, segundo ela, é o tamanho da aldeia dos krikatis (146 mil hectares). "Se a área não for reduzida, vai juntar gente e vai ter guerra."

'Só mesmo com o Exército'

Da Agência Folha, no Maranhão

O padre Carlos Ubbiali, 55, acredita que a reação dos fazendeiros e lavradores contra a demarcação da aldeia guajá só poderá ser contida com a presença do Exército na região.

Nascido em Bergamo (Itália), Ubbiali chegou ao Brasil em 1975 para trabalhar nas comunidades eclesiais de base.

Agência Folha — Por que a demarcação gera protestos?

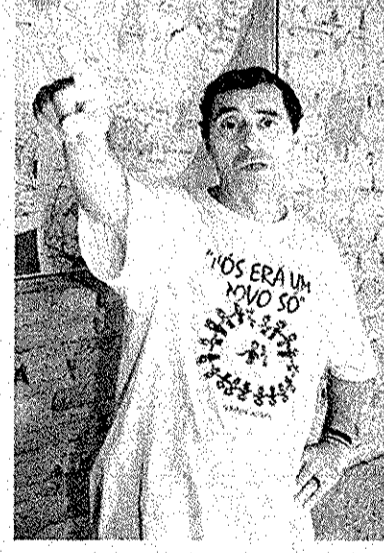
Carlos Ubbiali — Os fazendeiros invadiram a área indígena awá-guajá na base do direito da conquista e não querem sair de jeito nenhum, não reconhecem o direito dos índios. Atualmente, eles protestam para que não seja demarcada área alguma. Havendo a demarcação, os fazendeiros serão considerados invasores.

Agência Folha — Como ficam as famílias de lavradores?

Ubbiali — Elas vão precisar deixar a área, mas nós do Cimi (Conselho Indigenista Missionário) estamos lutando do lado deles pela reforma agrária.

Agência Folha — O que falta para sair a demarcação?

Ubbiali — Pelo que a gente viu,



O padre Carlos Ubbiali, 55

o Ministério da Justiça deverá manter as portarias. Nós temos uma carta do ex-ministro da Justiça pedindo a intervenção do Exército para proteger agrimensores e Polícia Federal. A esta altura do campeonato, só mesmo com a presença do Exército na aldeia. Se foram até o Rio, por que não podem intervir para defender o direito dos índios?

'Aqui não tem tribo nenhuma'

Da Agência Folha, em Maranhão

Deputado estadual em primeiro mandato, Francisco Caíca (PTRB) afirma que os índios guajás não existem e que a Funai quer a área para ligar a aldeia dos timbiras à dos guajararas, já demarcadas. "Os índios já têm terras demais".

Caíca organizou a manifestação em Bom Jardim que tentou deprender o hotel onde os técnicos da demarcação estavam hospedados.

Agência Folha — Quais as causas do movimento contra a demarcação?

Francisco Caíca — Os lavradores não têm para onde ir e não querem perder o direito de poder sustentar seus filhos. Eles estão revoltados.

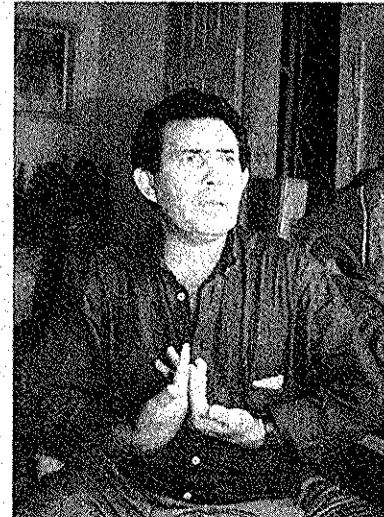
Agência Folha — Pode haver consenso se a área for reduzida?

Caíca — Acredito que sim. O ideal seria reduzir os 118 mil hectares pela metade.

Agência Folha — A Funai alega que os guajás precisam desta área toda porque são nômades.

Caíca — Nesta área não tem nenhuma tribo indígena e eu moro aqui há 35 anos.

Agência Folha — O senhor



Deputado Francisco Caíca

prevê novos conflitos quando a demarcação recommençar?

Caíca — Sem dúvida. A Polícia Federal não vai dar conta. Só se botarem a PF do Brasil todo aqui dentro. Os lavradores não vão entregar a terra. Eles têm armas e estão muito revoltados. Essa área é mais perigosa do que a do sul do Maranhão porque tem muita gente e não tem para onde esse povo ir.